

 MINISTÉRIO DA DEFESA	MINISTÉRIO DA DEFESA	PB Nº 03/2022-SEADM-MN
	PROJETO BÁSICO	Data: 20/07/2022

PROJETO BÁSICO Nº 4/ 2022 - SEADM-MN

1. **DO OBJETO**

1.1. O presente Projeto Básico tem por objeto a contratação de serviço de localização de dados cadastrais de pessoas físicas e jurídicas, via web, com objetivo de auxiliar nas análises de dados realizadas pela Coordenação Geral de Inteligência do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia - CENSIPAM, conforme condições estabelecidas neste instrumento.

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	CATSER	TOTAL USUÁRIOS	QTD P/12 MESES	QTD P/60 MESES
Único	Contratação de serviço de localização de dados cadastrais de pessoas físicas e jurídicas, via web.	27928	15 usuários	15.000 consultas	75.000 consultas

- 1.2. O objeto da licitação tem natureza de serviços comuns de consulta de dados, via web.
- 1.3. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.
- 1.4. A presente contratação adotará como regime de execução a empreitada por preço global.
- 1.5. O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei n. 8.666 de 1993.

2. **DA JUSTIFICATIVA E O OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A iniciativa visa contratar empresa especializada em consulta a bases de dados de pessoas físicas e jurídicas que produza resultados confiáveis e instantâneos tanto para a produção de conhecimento nas análises de monitoramento de ilícitos como para atividades pertinentes a Contra Inteligência. O crescimento constante da demanda considerando o cruzamento e análise de dados relativo a atividades ilícitas monitoradas pela coordenação de monitoramento de ilícitos bem como os trabalhos de auditoria promovidos pelo setor de Contra Inteligência tem demandado necessidade de consulta à base de dados confiável e atualizada.

3. **DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO**

3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice I deste Projeto Básico.

4. **DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

- 4.1. Trata-se de serviço comum de caráter continuado e sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante Dispensa de Licitação na forma do inciso II do artigo 24 da Lei nº 8.666/1993.
- 4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.
- 4.3. Será considerada vencedora, a proposta que atender todos o requisitos especificados no item 5 deste documento, requisitos da contratação; bem como apresentar o menor valor global dentre todas as propostas apresentadas.
- 4.4. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5. **REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

- 5.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte escopo:
- 5.2. A Contratada deverá dispor de banco de dados contendo as seguintes informações:
- 5.2.1. Pessoa Física: Nome, Data de nascimento, Endereço, Telefone, CPF, Renda, Renda Familiar, Estado Civil, Identificação de parentes próximos (pais, cônjuge, filhos etc.), e-mails (ativos e válidos), vizinhos, histórico de crédito, sócios de empresas e indicação de óbito.
- 5.2.2. Pessoa Jurídica: CNPJ, Razão Social, Nome de fantasia, Data de abertura da empresa, Endereço, Telefone (fixos e móveis), CNAE, Status do CNPJ na Receita Federal, Capital Social.
- 5.2.3. Os filtros de busca deverão possibilitar a consulta a partir do número de telefone, CPF e CNPJ;
- 5.2.4. O acesso ao banco de dados dar-se-á por meio de endereço da web, mantida em servidor da CONTRATADA, disponível de forma ininterrupta, incluindo sábados, domingos e feriados, para consulta simultânea dos usuários.
- 5.2.5. O contrato não poderá exceder o limite máximo de 15.000 (quinze mil) consultas anuais.

5.2.6. A Contratada deverá disponibilizar 15 (quinze) perfis para acesso individual por meio da atribuição de usuário e senha de acesso para a realização de 15.000 (quinze mil) consultas anuais.

5.2.7. A solução deverá possibilitar a consulta a informações de pessoas jurídicas e físicas (inclusive óbitos) com abrangência em todo território nacional.

5.2.8. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço, como requisito para celebração do contrato.

6. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

6.1. Não incidem critérios de sustentabilidade na presente licitação, uma vez que o serviço a ser contratado visará a mera consulta de dados por meio de plataforma web.

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

7.2. A execução dos serviços será iniciada 05 (cinco) dias após a assinatura do contrato;

7.3. O prazo de vigência inicial do contrato será de 12 (doze) meses, conforme previsto no instrumento contratual, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no Art. 57, inciso II da Lei 8.666/93.

7.3.1. Não será admitida a cobrança de valor excedente para serviço ora contratado.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

8.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

8.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

8.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Projeto Básico;

8.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela CONTRATADA, no que couber, em conformidade com o item 6, ANEXO XI, da IN nº 05/2017;

8.6. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

8.7. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

8.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

8.9. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução.

9.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.3. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal/Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

9.4. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.5. Relatar à CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços, prestando os esclarecimentos que julgar necessários;

9.6. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.7. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado no Termo Substitutivo do Contrato;

9.8. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Termo Substitutivo do Contrato, abstendo-se, qualquer que seja a hipótese, de veicular publicidade ou qualquer outra informação a cerca das atividades, objeto deste projeto básico, sem prévia autorização do CONTRATANTE;

9.9. Manter, durante toda a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

10. DA SUBCONTRATAÇÃO

10.1. Não será admitida a subcontratação do objeto da contratação.

11. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

11.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do Termo Substitutivo do Contrato; e não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

12. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

12.1. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

- 12.2. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Instrumento e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 12.3. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato
- 12.4. A fiscalização técnica do contrato avaliará constantemente a execução do objeto.
- 12.5. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.
- 12.6. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 12.7. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 12.8. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.
- 12.9. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas neste Instrumento.
- 12.10. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.
- 12.11. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios ou de qualidade inferior e, na ocorrência não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

13. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO

- 13.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado-IMR - Apêndice I, deste Projeto, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos no IMR.
- 13.2. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:
- 13.2.1. **Fase inicial** – Primeiro mês - início da execução do serviço, nesta fase os indicadores de avaliação para aplicação do Instrumento de Medição de Resultados – IMR serão apenas medidos e apresentados à contratada, sem que haja a aplicação do sistema de ajustes dos pagamentos e/ou sanções;
- 13.2.2. **Fase de transição** - Segundo mês – nesta fase os indicadores de avaliação para aplicação do Instrumento de Medição de Resultados – IMR será aplicado com as consequências contratuais previstas, entretanto será aplicado apenas 50% do valor do desconto previsto na Faixa de Ajuste de Pagamento a ser efetuado no valor mensal da fatura.
- 13.2.3. **Fase de aplicação** - A partir do terceiro mês os indicadores de avaliação para aplicação do Instrumento de Medição de Resultados – IMR será plenamente aplicado com todas as suas consequências contratuais previstas, considerando para efeitos de desconto a Faixa de Ajuste de Pagamento, na proporção da pontuação obtida, cujo valor será deduzido do valor mensal da fatura.
- 13.3. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
- 13.3.1. não produziu os resultados acordados;
- 13.3.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
- 13.3.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 13.4. A Equipe de Fiscalização da futura contratação será designada mediante Portaria, após a assinatura do contrato;
- 13.5. A comunicação entre a Contratante e a Contratada ocorrerá formalmente por meio de Ofícios, e-mail e reuniões firmadas mediante Ata.

14. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

- 14.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), previsto no Apêndice I deste Termo de Referência, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

- 14.2. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:
- 14.2.1. **Fase inicial** – Primeiro mês - início da execução do serviço, nesta fase os indicadores de avaliação para aplicação do Instrumento de Medição de Resultados – IMR serão apenas medidos e apresentados à contratada, sem que haja a aplicação do sistema de ajustes dos pagamentos e/ou sanções;
- 14.2.2. **Fase de transição** - Segundo mês – nesta fase os indicadores de avaliação para aplicação do Instrumento de Medição de Resultados – IMR será aplicado com as consequências contratuais previstas, entretanto será aplicado apenas 50% do valor do desconto previsto na Faixa de Ajuste de Pagamento a ser efetuado no valor mensal da fatura.
- 14.2.3. **Fase de aplicação** - A partir do terceiro mês os indicadores de avaliação para aplicação do Instrumento de Medição de Resultados – IMR será plenamente aplicado com todas as suas consequências contratuais previstas, considerando para efeitos de desconto a Faixa de Ajuste de Pagamento, na proporção da pontuação obtida, cujo valor será deduzido do valor mensal da fatura.
- 14.3. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
- 14.3.1. não produziu os resultados acordados;
- 14.3.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
- 14.3.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 14.4. No caso de ausências do(s) empregado(s) sem a devida substituição, o contratante procederá a glosa correspondente à quantidade de faltas no mês de prestação de serviços, tendo por base o valor mensal do garçom e/ou copeira constante na Planilha de Custo e Formação de Preço da proposta inicial ou da Repactuação, conforme o caso aplicável. O cálculo será efetuado com base na seguinte fórmula: $G = (V.P / 30) \times F$, onde, G = Valor da glosa; V.P = Valor mensal do garçom e/ou copeira; e F= quantidade mensal de faltas;

14.5. A Equipe de Fiscalização da futura contratação será designada mediante Portaria, após a assinatura do contrato;

14.6. A comunicação entre a Contratante e a Contratada ocorrerá formalmente por meio de Ofícios, e-mail e reuniões firmadas mediante Ata.

15. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

15.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.

15.1.1. No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

15.1.2. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico ou equipe de fiscalização, através da elaboração de relatório circunstanciado, em consonância com as suas atribuições, contendo o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato e demais documentos que julgarem necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

15.1.3. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

15.2. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal:

15.2.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no IMR, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

15.3. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução dos serviços, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

15.4. No prazo de até 10 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

15.5. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

15.5.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

15.6. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

15.6.1. realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

15.6.2. emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

15.6.3. comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR).

15.7. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

15.8. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

16. DO PAGAMENTO

16.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 20 (vinte) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

16.2. O pagamento ocorrerá de forma antecipada, devido ao fato de o serviço se dar por meio de assinatura anual com pagamento único, sendo a referida condição indispensável para assegurar a prestação do serviço;

16.3. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

16.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período de prestação dos serviços;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

16.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

16.6. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

16.7. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas neste Projeto Básico.

16.8. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

16.9. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

16.10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

- 16.11. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 16.12. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do Termo Substitutivo do Contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 16.13. Será rescindido o Termo Substitutivo do Contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.
- 16.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.
- 16.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.
- 16.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	$I = \frac{(6 / 100)}{365}$	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%
----------	-----------------------------	--

17. DO REAJUSTE DE PREÇOS

- 17.1. Os preços contratados serão fixos e irremovíveis no prazo máximo de até 60 (sessenta) meses.

18. GARANTIA DA EXECUÇÃO

- 18.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução do serviço.

19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVA

- 19.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520 de 2002, a CONTRATADA que:

- falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;
- ensejar o retardamento da execução do objeto;
- fraudar na execução do contrato;
- comportar-se de modo inidôneo; ou
- cometer fraude fiscal.

- 19.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto do Termo Substitutivo do Contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

(i) **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

(ii) **Multa de:**

- 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
- 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida.
- As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

(iii) Suspensão de licitar e impedimento de contratar no âmbito do CENSIPAM e com todas as unidades abarcadas pelo MINISTÉRIO DA DEFESA (MD), pelo prazo de até dois anos.

(iv) Sanção de impedimento de licitar e contratar com Órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

(v) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

- 19.3. Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa.

- 19.4. As sanções previstas nos subitens “i”, “iii”, “iv” e “v” poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

- 19.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

- 19.5.1. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

- 19.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

- 19.5.3. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

- 19.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

19.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

19.7.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

19.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

19.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

19.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

19.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

19.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

19.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

20. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

20.1. O valor anual estimado da contratação é de **R\$3.200,00** (três mil e duzentos reais) e o valor global para os 60 (sessenta) meses é de **R\$ 16.000,00** (dezesesseis mil reais), conforme quadro a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	CATSER	TOTAL	VOLUME PARA 12 MESES	VOLUME PARA 60 MESES	PERÍODO MÁXIMO
único	Contratação de serviço de localização de dados cadastrais de pessoas físicas e jurídicas, via web.	27928	15 usuários	15.000 consultas	75.000 consultas	60 meses

21. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

21.1. As despesas decorrentes da contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia – CENSIPAM, para o exercício de 2022, na dotação abaixo discriminada:

- **Programa:** 6011 – Cooperação para o Desenvolvimento Nacional;
- **Fonte:** 100;
- **Ação Orçamentária:** 20X4 – Manutenção do Sistema de Proteção da Amazônia;
- **Plano Orçamentário:** 0006 – Ações de Inteligência;
- **Programa de Trabalho (PTRES):** 168637;
- **Natureza da Despesa:** 33.90.39.01 - Assinaturas de Periódicos e Anuidades;
- **Código do Sistema PTA/2022:** 337/22 - Serviço de Pesquisa de Dados Cadastrais de Pessoas Físicas e Jurídicas via WEB (CR-MN)

22. ELEMENTOS CONSTITUTIVOS

22.2. Apêndice I - Estudo Técnico Preliminar - ETP-ID

22.3. Apêndice II - Instrumento de Medição de Resultado - IMR-ID

23. DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO E DA APROVAÇÃO

23.1. De acordo com alínea "d" do artigo 21 da Instrução Normativa nº 5, de 25 de maio de 2017, foi designada a Equipe de Planejamento da Contratação, mediante a Portaria DIRAF/DIGER/CENSIPAM/SG-MD nº 2035, de 05 de maio de 2021-ID3530946.

Manaus/AM, 20 de Julho de 2022

SANDRO SALES DE OLIVEIRA Integrante Requisitante	MARCO ANTONIO CARNEIRO Integrante Técnico	MARCO AURÉLIO DA ROCHA PEREIRA JUNIOR Integrante Administrativo
--	---	---

O PRESENTE PROJETO BÁSICO FOI ELABORADO EM CONFORMIDADE COM AS DIRETRIZES DO PROCEDIMENTO DE CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DEFINIDOS NA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 05, DE 05.05.2017.

FRANKLIN FERNANDO TEIXEIRA
Gerente do Centro Regional de Manaus

APROVO COM BASE NO INCISO II DO ARTIGO 24 DA LEI Nº 8.666/1993.

EDUARDO SHIGERU MITANI
Ordenador de Despesas

APROVO COM BASE NO INCISO II DO ARTIGO 24 DA LEI Nº 8.666/1993.

SÉRGIO NATHAN MARINHO GOLDSTEIN
Diretor de Administração e Finanças

"Bicentenário da Independência - Soberania é Liberdade"



Documento assinado eletronicamente por **Sandro Sales de Oliveira, Assessor(a)**, em 22/07/2022, às 17:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Marco Antonio Carneiro, Assessor(a) Militar**, em 22/07/2022, às 17:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Marco Aurélio da Rocha Pereira Junior, Assessor(a)**, em 22/07/2022, às 17:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Franklin Fernando Teixeira, Gerente do Centro Regional**, em 22/07/2022, às 18:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.defesa.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, o código verificador **5141318** e o código CRC **05D6460C**.